



## SUSEP

### Procedimento para Intimação

Circular SUSEP 549, de 26.04.2017 – Intimação pela SUSEP por meio remoto

Estabelece o procedimento para intimação realizada pela SUSEP por meio de equipamento de transmissão remoto.

As intimações relativas ao Processo Administrativo Sancionador dirigidas às sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais, admitidos ou eventuais, entidades abertas de previdência complementar e empresas em regime especial, serão expedidas ordinariamente por meio remoto pela SUSEP, e realizadas através da internet, e terão para todos os fins de direito a mesma validade que as intimações expedidas por meio físico.

Torne-se obrigatório acessar nos dias úteis A CAIXA "Documentos não lidos". As intimações serão consideradas lidas quando for realizado o download das mesmas. Os prazos para cumprimento das intimações expedidas por meio remoto, iniciar-se-ão no primeiro dia útil seguinte à data em que for efetuado o download da intimação. Caso o download da intimação não seja realizado no prazo de cinco dias, contados de sua expedição na internet, será o mesmo início automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao término deste prazo.

Vigência: 27.04.2017  
Revogação: não há

## ANS

### Títulos e Valores Mobiliários

Instrução Normativa – IN 54, de 10.04.2017 – Movimentação da carteira de títulos e valores mobiliários

Estabelece hipótese de autorização prévia anual para movimentação da carteira de títulos e valores mobiliários.

A operadora no âmbito do sistema de saúde suplementar poderá requerer ao Diretor da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE) autorização prévia anual para movimentar seus ativos garantidores, desde que:

- aplique integralmente seus ativos garantidores financeiros em contas individualizadas, próprias para o registro ou depósito de ativos, abstenendo-se de aplicá-los em fundo de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar<sup>1</sup>;
- atenda a padrões de transparência e divulgação entre suas práticas de governança corporativa;
- cumpra os requisitos do art. 14 da RN 392/2015;
- não possua imóvel operacional registrado como ativo garantidor, mesmo antes do decurso do prazo do art. 34-A da RN 392/2015;
- observe a norma do Conselho Monetário Nacional aplicável por força da RN 392/2015, bem como as demais disposições da referida RN;
- não tenha estado em regime especial nos 12 meses anteriores ao requerimento; e
- não apresente insuficiência das garantias do equilíbrio financeiro, anormalidades econômico-financeiras ou administrativas graves que coloquem em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde, identificadas pela DIOPE no âmbito de suas competências.

<sup>1</sup> Fundo dedicado ao setor de saúde suplementar: fundo administrado por instituições financeiras conveniadas à ANS, de aplicações restritas de participantes do setor de saúde

suplementar, e cujas cotas podem ser utilizadas como ativos garantidores e são automaticamente vinculadas à ANS.

## Nesta edição destacamos:

Circular SUSEP 549, de 26.04.2017 – Intimação pela SUSEP por meio remoto.

Instrução SUSEP 84, de 05.04.2017 - Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), de acordo com a Lei 10.522/2002.

Resolução Normativa – RN 422, de 25.04.2017 - Altera a Resolução Normativa - RN 103, de 17.06.2005, que dispõe sobre o lançamento da Taxa de Saúde Suplementar, instituída pela lei 9.961, de 28.01.2000, regulamenta o processo administrativo fiscal no âmbito da ANS e dá outras providências.

Instrução Normativa – IN 54, de 10.04.2017 – Movimentação da carteira de títulos e valores mobiliários.

Instrução Normativa – IN 15, de 25.04.2017 – Comunicação eletrônica da Diretoria de Fiscalização.

Deliberação 764, de 05.04.2017 - Estabelece critérios para dispensar as sociedades seguradoras, resseguradores, entidades abertas de previdência privada, entidades fechadas de previdência complementar e instituições financeiras do registro de administrador de carteira de valores mobiliários.

**Fonte:** KPMG, em abril de 2017.